

VI ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA – ECOECO
TEMA: O MEIO AMBIENTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
BRÁSÍLIA-DF, 23 A 25 DE NOVEMBRO DE 2005

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O EXTRATIVISMO
SUSTENTÁVEL NO CERRADO**

Igor S. H. de Carvalho – Biólogo, Pesquisador Associado ao ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza e Mestrando no Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – igorshc@yahoo.com ISPN: (61)3327-8085 - SCLN 202, Bloco B, Salas 101/104, CEP 70832-525, Brasília – DF.

**Tema 2: Políticas Públicas e Instrumentos Econômicos para o desenvolvimento
sustentável**

Resumo

O bioma Cerrado cobre cerca de 22% do território brasileiro e tem uma grande importância no que se refere à diversidade biológica e serviços ambientais, com destaque para a manutenção de recursos hídricos de grande parte do continente sul-americano. Vivem no Cerrado inúmeras populações que sobrevivem de seus recursos naturais, especialmente da biodiversidade. Estas populações, em geral, não prejudicam significativamente os ecossistemas do bioma, e muitas vezes contribuem para sua preservação. Por outro lado, o modelo econômico e as políticas públicas que vêm sendo aplicadas no Cerrado, principalmente nas últimas décadas, têm causado intensa degradação ambiental, prejudicando também suas populações tradicionais e agricultores familiares. O uso sustentável da biodiversidade do Cerrado, especialmente o extrativismo não madeireiro, tem grande importância e potencial para o incremento de renda dos pequenos produtores inseridos no bioma, para a dinamização das economias locais e para a conservação dos recursos naturais, como a água, os solos e a própria biodiversidade, uma vez que a valorização desta biodiversidade constitui-se em um forte motivo para preservá-la, explorando-a racionalmente. Políticas públicas adequadas para o extrativismo sustentável no Cerrado ainda são incipientes, mas o cenário político mundial parece ter absorvido a idéia da importância do uso sustentável da biodiversidade, carecendo, no entanto, de transformar ações pontuais em políticas mais abrangentes.

Palavras-chave: Cerrado, extrativismo, políticas públicas, biodiversidade

Introdução

O Cerrado cobre cerca de 22% do território brasileiro, possui imensa riqueza biológica, uma grande variedade de ambientes e grande capacidade de absorção de carbono. Abriga também nascentes e corpos de água que alimentam bacias dos principais rios brasileiros e sul-americanos, além do Aquífero Guarani (MMA 2004; MMA/SBF 2002; Novaes 2000). O Cerrado é considerado um *hotspot* pela ONG *Conservation International*, ou seja, um dos biomas mais ricos e ameaçados do planeta (Mittermeier *et al.* 2004).

Vivem no Cerrado inúmeras populações que sobrevivem de seus recursos naturais, especialmente da biodiversidade. Incluem-se aí etnias indígenas, comunidades quilombolas e outras populações tradicionais que fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Essas comunidades aproveitam os recursos do bioma geralmente de forma racional e equilibrada, sem prejudicar significativamente os ecossistemas, e detêm um amplo conhecimento tradicional da biodiversidade (MMA 2004).

Nas últimas décadas, entretanto, o Cerrado tem sofrido intensa degradação, devido principalmente à expansão agropecuária, com extensas pastagens e grandes monoculturas (principalmente soja e eucalipto), e ao desmatamento para a produção de carvão (MMA/SBF 2002). O modelo agrícola predominante, oriundo da chamada “Revolução Verde”, demanda insumos químicos, variedades de alto rendimento e mecanização do trabalho, gerando conseqüências como a poluição dos solos e das águas, a redução da biodiversidade e a redução dos postos de trabalho no campo (Alho & Martins 1995; Duarte 2002; Veiga 2002; WRI 1992). Este modelo, no entanto, pode apresentar altos rendimentos financeiros em um curto prazo (Pires & Scardua 1998; WRI 1992), servindo principalmente para a exportação e para grandes indústrias (Gardner 1998a *apud* Lovins 1999; Novaes 2000; Krause, Bach & Koomey 1989). Este circuito do mercado, que tem como objetivo único os benefícios financeiros quantificados (Morin 2001), põe em risco a capacidade de suporte das populações humanas sobre o planeta (Fearnside 1986 *apud* Begossi 1999).

O rápido processo de expansão agrícola e de desenvolvimento urbano e industrial, efetuado sem o devido planejamento para sua ocupação territorial, causa impactos e degradação do meio ambiente, bem como a destruição de seu patrimônio cultural. Estes impactos negativos provocam a urgência de medidas para sua reversão. Entretanto, o bioma

Cerrado não recebe atenção de programas de Governo para seu desenvolvimento sustentável. (MMA 2004).

Peters (1996) afirma que os ecossistemas tropicais contêm uma incrível diversidade de frutas, castanhas, sementes oleaginosas, resinas, gomas, plantas medicinais de grande valor econômico potencial, e Arnold (1994), demonstra que o emprego e a renda provenientes de atividades extrativistas são de grande importância para a economia rural de países em desenvolvimento, particularmente para os pobres e as mulheres. O bioma Cerrado e suas populações também se enquadram nestas afirmações, apesar deste fato ser geralmente ignorado pela opinião pública e pelas ações governamentais.

A elaboração de uma política nacional de biodiversidade pode ter, como um de seus principais objetivos, o uso sustentável desta biodiversidade (Leroy *et al.* 1997). As políticas públicas para o extrativismo no Brasil ainda são muito limitadas, tem poucos recursos e são excessivamente burocráticas, o que exclui a participação da maioria dos produtores, especialmente os mais pobres (Gonçalo *et al.* 1998). As que existem são, em sua grande maioria, voltadas para a região amazônica. No caso do bioma Cerrado, estas políticas são ainda muito incipientes, e o potencial econômico do extrativismo ainda é ignorado ou pouco conhecido pelos órgãos públicos e sociedade em geral. As políticas públicas voltadas para a região do Cerrado via de regra são de abertura da fronteira agrícola, especialmente para as grandes criações gado e para a produção de grãos para exportação, especialmente a *commodity* soja. Mesmo as políticas voltadas para a agricultura familiar raramente consideram o valor e o potencial dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) do Cerrado.

É importante, então, um maior reconhecimento sobre o potencial que o uso sustentável da biodiversidade do Cerrado, especialmente o extrativismo não madeireiro, tem para o incremento da renda dos pequenos produtores inserido no bioma, para a dinamização das economias locais (quicá nacional) e para a conservação dos recursos naturais, como a água, os solos e a própria biodiversidade, uma vez que a valorização desta biodiversidade constitui-se em um forte motivo para preservá-la, explorando-a racionalmente. A partir deste reconhecimento, pode-se chegar a políticas públicas mais adequadas para o extrativismo no Cerrado.

O Extrativismo

A biodiversidade dos ecossistemas tropicais apresenta uma grande importância para as populações que neles habitam, gerando emprego e renda (Arnold 1994), e um enorme potencial econômico ainda mal aproveitado. Dentre os produtos aproveitáveis estão uma grande variedade de frutas, castanhas, sementes oleaginosas, resinas, gomas, plantas medicinais etc. (Peters 1996). Produtos provenientes de atividades extrativistas são de grande importância para a economia rural de países em desenvolvimento, particularmente para os pobres e as mulheres (Arnold 1994). Peters (1996) argumenta que a maior parte da exploração comercial de PFTM é feita de uma forma que prejudica a manutenção das funções ecológicas das populações de plantas tropicais, entretanto, sabe-se que diversas populações humanas que historicamente habitam ou habitaram ricos ecossistemas mantiveram-nos bem preservados, aproveitando seus recursos e até incrementando sua biodiversidade (Diegues & Arruda 2001). Incluem-se aí os indígenas e populações tradicionais centenárias.

Drummond (1996) define o extrativismo como uma maneira de produzir bens na qual os recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural, em contraste com a agricultura, o pastoreio, o comércio, o artesanato, os serviços ou a indústria. Ele difere o extrativismo de baixa tecnologia, tipicamente praticado por populações rurais pobres de áreas "remotas", do extrativismo de alta tecnologia, no qual se enquadram a extração mineral (inclusive de água) e o corte de árvores em grande escala. Hironaka (2000) salienta que os produtos extrativos, do reino animal ou vegetal, são espontaneamente gerados e não sofreram intervenção humana em seus ciclos biológicos.

A caça, a pesca e a coleta de produtos vegetais são os três exemplos clássicos de atividades extrativas de baixa tecnologia, sendo que a estas atividades sustentaram várias sociedades humanas por dezenas de milhares de anos, e ainda permanecem em algumas sociedades contemporâneas, como parte de suas estratégias cotidianas de sobrevivência (Drummond 1996). O extrativismo vegetal é, entretanto, o mais expressivo, quanto à produção e quanto à importância na balança econômica (Hironaka 2000).

Contrapondo o extrativismo com outras atividades rurais, como a lavoura e a pecuária, Raymundo Laranjeira (*apud* Hironaka 2000) nota que o primeiro não exige cuidados preparatórios ou tratamentos anteriores ao proveito, diferentemente dos cultivos e criações.

Em geral, o extrativismo desempenha um caráter secundário em relação à atividade produtiva principal, no que se refere à segurança alimentar e geração de renda. Em alguns casos, no entanto, a atividade extrativa se torna a principal atividade desempenhada. De qualquer forma, no Brasil, dada a sua imensa gama de produtos de natureza extrativa e sua densa cobertura florestal, o exame do extrativismo tem grande importância (Hironaka 2000).

Populações tradicionais são grupos que vivem por gerações em associação muito próxima com a natureza, dependendo de seus recursos naturais, porém causando baixo impacto ambiental. As atividades desenvolvidas por estas populações, sendo talvez a principal o extrativismo vegetal, se constituem em alternativas de ocupação e renda no meio rural. Além disso, contribuem para a manutenção da sócio-biodiversidade brasileira e dos conhecimentos relacionados, porque os valorizam (Sawyer 2002). Almeida (2004) indica que as “terras tradicionalmente ocupadas” são áreas de uso comum voltadas para o extrativismo e outras atividades de pequena escala, como cultivos, pastoreio e pesca.

Assim como as populações tradicionais e suas reservas extrativistas, as áreas indígenas também desempenham importante papel na manutenção da sócio-biodiversidade e dos recursos naturais (Sawyer 2002), sendo que para a melhoria da qualidade de vida destes povos, o extrativismo se constitui em uma opção importante.

Populações rurais não consideradas tradicionais, como os assentados da reforma agrária, podem também contribuir para a valorização da natureza, se tiverem a oportunidade de praticar o extrativismo sustentavelmente, com geração de ocupação e renda. Os movimentos de reforma agrária têm, cada vez mais, aproximado-se das preocupações ambientais, e demandam tecnologias apropriadas para a pequena produção extrativa (Sawyer 2002).

Entretanto, fatores como a baixa produtividade e a falta de uma infra-estrutura dirigida a atender às necessidades de comercialização e escoamento dos produtos coletados motivam o esvaziamento das áreas de extração (Hironaka 2000). Percebe-se, então, a importância de se aplicar políticas públicas voltadas a atender às necessidades das populações extrativistas.

O Extrativismo no Cerrado

O Cerrado é a savana mais biodiversa de todo o planeta, sendo considerado um *hotspot*, ou seja, um dos biomas mais ricos e ameaçados do mundo (Mittermeier *et al.* 2004). Possui uma enorme variedade de espécies de plantas, animais e outros seres vivos, além de um grande número de diferentes populações humanas. Segundo Hironaka (2000), as regiões abrangidas pelo bioma estão entre as que ocupam a posição de maior destaque como áreas destinadas ou aptas à atividade extrativa.

A sociedade e o governo brasileiros não têm reconhecido e aproveitado as vantagens de sua megabiodiversidade, e ainda encaram o meio ambiente como restrição ao

desenvolvimento (Sawyer 2002). No Cerrado, isto é bastante nítido, uma vez que hoje este riquíssimo bioma é rotulado de “celeiro” do mundo, como se sua incrível sócio-biodiversidade precisasse ser inteiramente eliminada para produção de grãos em larga escala.

Dentre os principais problemas socioambientais do Bioma, vale destacar o desmatamento indiscriminado, o modelo de agricultura de grandes monoculturas, a pecuária extensiva, o desmatamento para produção de carvão (que alimenta principalmente secadoras de grãos e siderúrgicas de ferro-gusa), as más práticas de utilização dos recursos naturais, os problemas agrários, fundiários e territoriais e a inadequação da legislação e instrumentos políticos quanto à sua conservação e uso sustentável (MMA 2004).

Apesar da já mencionada riqueza do Cerrado, o modelo agrícola nele instalado ainda encontra forte repercussão nos governos e órgãos de pesquisa (Pires & Scardua 1998). Faz-se necessário, portanto, o questionamento deste modelo (Novaes 2000). Segundo M.S. Swaminathan, *“uma nova forma de civilização, fundamentada no aproveitamento sustentável dos recursos naturais, não é apenas possível, mas essencial”* (apud Sachs 2002: 29). O desenvolvimento de sistemas produtivos análogos aos ecossistemas naturais e o uso da biodiversidade em benefício local, por exemplo, são importantes desafios a serem enfrentados, na ciência, na economia e na política (Sachs 2002). Somente a opção do “não-uso” (por meio de criação de unidades de conservação de uso indireto) não bastará à conservação da biodiversidade (UNESCO-MAB apud Sachs 2002), muito menos à resolução de problemas sociais.

Existem centenas de milhares de quilômetros quadrados ocupados por populações tradicionais nas regiões do Cerrado. Proteger o modo de vida destas populações é um meio de se promover a conservação em larga escala no Brasil, dado que as atividades que desenvolvem são pouco impactantes, e, ainda assim, algumas áreas próximas às ocupadas permanecem intactas, não-ocupadas. Para a melhor compreensão desta importância, é necessário pensar em paisagens complexas, ao invés de áreas isoladas, ou “ilhas” de preservação ou uso sustentável (Sawyer 2002).

Existem atualmente atividades da sociedade organizada que estão buscando, na prática, alternativas que podem nos fornecer pistas valiosas sobre os caminhos a serem trilhados para atingir o objetivo proposto. No campo do extrativismo sustentável no Cerrado, vale mencionar algumas experiências, e projetá-las para uma possível influência sobre as políticas públicas.

No norte de Minas Gerais, agricultores familiares criaram o empreendimento associativo Grande Sertão, com o apoio do *Centro de Agricultura Alternativa do Norte de*

Minas - CAA-NM e seu programa de beneficiamento e comercialização (Carrara 2003). As populações tradicionais da região, chamadas de Geraizeiros, praticam historicamente uma agricultura que associa diversos cultivos adaptados aos ecossistemas locais, e buscam na vegetação nativa o complemento para sua subsistência. O processo desenvolvimentista, principalmente com a implantação de extensas monoculturas de eucalipto, afetou drasticamente este modo de vida e seus ecossistemas (Dayrell 1998). A *Cooperativa Grande Sertão* funciona através do extrativismo e de sistemas agroflorestais, que fornecem frutos para um complexo de unidades de pré-beneficiamento e uma fábrica de polpas, com a posterior comercialização nos mercados regionais, possibilitando aos geraizeiros uma fonte de emprego e renda, concomitante à conservação da natureza.

Na região de Carolina, estado do Maranhão, a *Associação Vyty-Catã das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins*, junto a organizações de pequenos agroextrativistas, e assessorada pelo *CTI - Centro de Trabalho Indigenista*, desenvolve as atividades da *FrutaSã Indústria, Comércio e Exportação Ltda.*, que abrangem o plantio de mudas nativas, a coleta dos frutos, a produção e a comercialização de polpas (Siqueira 2000). Além de gerar renda para diferentes comunidades e preservar e recuperar o Cerrado da região, a atividade gera recursos para atividades de valorização da cultura Timbira, como eventos festivos (Siqueira 2000). O projeto é considerado uma das principais experiências de desenvolvimento sustentável realizadas no Brasil, nos últimos dez anos (Nogueira 2001), e representa uma alternativa viável frente ao modelo de desenvolvimento predatório verificado na região (Siqueira 2000).

Políticas públicas para a biodiversidade e para o extrativismo no Brasil

No Brasil, existem muitas dificuldades para a implementação de políticas públicas em benefício do meio ambiente, da biodiversidade e das populações de pequenos produtores rurais, sejam indígenas, populações tradicionais ou agricultores familiares. As diversas políticas e programas para assuntos ambientais existentes no Brasil estão pouco integradas entre si e isoladas das políticas de desenvolvimento, o que as tornam pouco efetivas.

As principais diretrizes sobre conservação e uso da biodiversidade encontram-se na CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada por 155 países durante a CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ocorrida no Rio de Janeiro em 1992. Em maio de 1994 o Brasil ratificou sua entrada na CDB, que, a partir de

então, deveria passar a ser um norteador das políticas públicas sobre biodiversidade. Apesar disso, o modelo economicista e imediatista ainda predomina nas políticas nacionais (Leroy *et al.* 1997).

A CDB enfatiza o uso sustentável da biodiversidade integrado à sua conservação, podendo este uso ser direto ou indireto (Flint 1992 *apud* Leroy *et al.* 1997), sendo que o direto pode ser: de consumo (sem beneficiamento ou com beneficiamento primário, para consumo próprio ou comercialização), de produção (inserção de grande quantidade de um recurso biológico em um processo industrial) ou de não-consumo (documentação visual, ecoturismo) (Leroy *et al.* 1997).

Em 1994 o Governo brasileiro criou o Programa Nacional da Diversidade Biológica – PRONABIO, para coordenar a implementação dos compromissos da CDB. A Política Nacional da Biodiversidade – PNB foi estabelecida através do Decreto Nº 4.339 de 2002, sendo que o Ministério do Meio Ambiente – MMA, por intermédio do PRONABIO, deve coordenar a implementação de seus princípios e diretrizes, através de parcerias com a sociedade civil. Em decreto de 2003, o governo alterou o PRONABIO, adequando-o aos princípios e diretrizes para implementação da PNB e estabeleceu a Comissão Nacional da Biodiversidade – CONABIO. Esta é composta por representantes de órgãos governamentais e organizações da sociedade civil e tem como objetivo promover a implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à CDB, bem como identificar e propor áreas e ações prioritárias para pesquisa, conservação e uso sustentável dos componentes da biodiversidade (MMA 2005).

Vale ressaltar que os primeiros passos do Executivo no sentido de implementar a PNB só foram dados após a articulação do GEF – Fundo para o Meio Ambiente Mundial - para investimento de recursos a fundo perdido na biodiversidade brasileira (Leroy *et al.* 1997). Percebe-se, portanto, a importância das ações de órgãos internacionais sobre a política ambiental brasileira. Mesmo assim, ainda argumenta-se que as várias leis, projetos de lei e programas existentes sobre a biodiversidade não fazem parte de uma política coerente e abrangente, necessária para o cumprimento dos compromissos assumidos na Rio-92 (Leroy *et al.* 1997).

Tem grande importância também a participação da sociedade civil organizada na formulação e acompanhamento das políticas públicas. Dentro do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – FBOMS – existe um Grupo de Trabalho de Sócio-Biodiversidade com representantes de 15 ONGs que discutem e acompanham as políticas públicas nesta área. Além disso, diversas experiências em

desenvolvimento sustentável são empreendidas por iniciativas da sociedade civil, e devem ser, cada vez mais, tomadas como referências para as ações governamentais (Leroy *et al.* 1997). Sawyer (2002) lembra ainda sobre a necessidade de articulação entre os diferentes movimentos existentes: sociais, ambientalistas, indígenas, de igrejas etc. O fortalecimento da organização dos produtores em associações ou cooperativas pode ampliar sua participação na elaboração de políticas públicas (Gonçalo *et al.* 1998).

Em Decreto de 2004, o governo brasileiro reconhece as Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, para efeito da aplicação de políticas públicas e programas federais. Para tanto, considera os compromissos assumidos pelo Brasil ao assinar a CDB, particularmente no artigo 6º, que trata de políticas públicas, e no artigo 10, que trata do uso sustentável dos componentes da diversidade biológica. Considera também os princípios e as diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade, que criou a CONABIO, e os resultados das avaliações conduzidas no âmbito do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO, que identificaram, mediante processo participativo, as ações e áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira. Foi elaborado e reconhecido o “Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira”, publicado pelo MMA em novembro de 2003, para efeito da aplicação de políticas públicas e programas federais que visem ao fomento e desenvolvimento de projetos e atividades voltados à conservação *in situ* da biodiversidade, à utilização sustentável de componentes da biodiversidade e à repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado, à valorização econômica da biodiversidade entre outros (MMA 2005).

Ainda no âmbito do MMA, algumas ações em prol do extrativismo estão sendo desenvolvidas, valendo citar a criação da Coordenadoria de Agroextrativismo – CEX, na Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA), com o objetivo de promover o fortalecimento econômico e social dos extrativistas e atuar para o reconhecimento dos serviços ambientais que eles prestam. Também na SCA, é executado, desde 1994, o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, o maior programa de cooperação multilateral relacionado a uma temática ambiental de importância global, englobando diversos subprogramas e projetos demonstrativos, muitos deles com ações concretas para o desenvolvimento do extrativismo. A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável – SDS, do MMA, também conta com programas que atuam em prol do extrativismo, como o de Gestão

Ambiental Rural – Gestar e o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural – Proambiente (MMA 2005).

O Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT, foi criado em 1992, no âmbito de atuação do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - e tem como objetivo promover elaboração e implantação implementação de políticas para as Populações Tradicionais, através de suas entidades representativas e de organizações relacionadas. Dentre suas atribuições, vale destacar a promoção do desenvolvimento econômico destas populações e a implantação das Reservas Extrativistas (IBAMA 2005).

O PRODEX é um programa de apoio ao extrativismo do BASA – Banco da Amazônia, consistindo em uma linha de crédito interessante aos pequenos produtores. Ele estimula a formação de cooperativas, investe em custeio de extração e coleta de PFNM, SAFs, manejo florestal de baixo impacto e beneficiamento primário. Apesar disso, existem algumas dificuldades para o êxito deste programa: excesso de exigências burocráticas, insuficiência de agências e falta de assistência técnica (Gonçalo *et al.* 1998).

É notório o fato de que a grande maioria das políticas públicas voltadas ao fortalecimento do extrativismo se refere à região amazônica. Dentre os motivos que podem explicar este fato, pode-se colocar a grande visibilidade internacional que ganhou a maior floresta tropical do planeta, e o grande número de povos tradicionais (especialmente indígenas) que habitam a região.

As atividades produtivas rurais em geral ficam a cargo do Ministério da Agricultura, no qual as preocupações ambientais ainda precisam ser melhor incorporadas, e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo que este tem apresentado a questão ambiental em sua pauta. O PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, apresenta uma modalidade, denominada Agregar, que financia beneficiamento e comercialização de PFNM (Gonçalo *et al.* 1998). O INCRA estabeleceu, em 1987, a Portaria N° 627 que cria o Projeto de Assentamento Extrativista - PAE, porém exclusivamente voltada para os seringueiros da Amazônia (Rueda 2005).

O relatório do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) de 1998 (*apud* Carrara 2003) aponta alguns problemas a serem equacionados em projetos voltados para o uso sustentável dos recursos da biodiversidade, que remetem a questões de mercado (estudos, estratégias de comercialização, qualidade e escala da produção), à gestão dos projetos e ao “dilema” extrativismo *versus* domesticação (Homma 1989).

Para atender às demandas dos produtores extrativistas, são necessárias políticas que propiciem: a intensificação da produção e do beneficiamento da mesma; a difusão de tecnologias; a melhoria quantitativa e qualitativa da assistência técnica; a qualificação dos agentes de comercialização, bem como a facilitação desta comercialização, através, por exemplo, da criação de uma bolsa de negócios; e a revisão dos fundos de apoio à produção e comercialização sustentável de PFNM, por meio da articulação dos diversos agentes financeiros (Gonçalo *et al.* 1998). As políticas devem resultar em facilidades para o manejo adequado no acesso aos recursos, restrições às iniciativas privadas que prejudicam o desenvolvimento da pequena iniciativa familiar e regulações que discriminam contra o setor informal (Arnold 1994).

As Políticas Públicas para o Uso Sustentável do Cerrado

Como já mencionado, existem ainda poucas Políticas Públicas voltadas para o uso sustentável do Cerrado, e as que existem precisam ser melhor articuladas, mais abrangentes e adquirir uma inserção nas políticas de produção rural. Vale destacar, no entanto, algumas ações recentes que podem favorecer o extrativismo sustentável no bioma.

No Ministério do Meio Ambiente, a Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO instituiu, em julho de 2004, a Câmara Técnica Temporária do Cerrado e Pantanal – CTT, com representantes de órgãos do governo e organizações da sociedade civil, com os objetivos de consolidar as informações técnicas apresentadas na 7.a Reunião Ordinária da CONABIO a respeito dos biomas Cerrado e Pantanal, identificar as demandas não atendidas e as ações prioritárias à conservação da biodiversidade nos biomas, propor à CONABIO políticas públicas ou estratégias de atuação na área de biodiversidade do Cerrado e do Pantanal e acompanhar e, sempre que possível, colaborar nas atividades do Grupo de Trabalho-GT do bioma Cerrado, instituído pela Portaria do MMA n.º 361/03 (MMA 2005).

A portaria do MMA de nº 361 instituiu o Grupo de Trabalho do Bioma Cerrado (GT Cerrado) em 2003, sendo o GT constituído por representantes de instituições governamentais e da sociedade civil. Ele tem como papel definir uma proposta estratégica para as políticas públicas para o Cerrado, com o apoio e a representação da sociedade e de instituições atuantes no Bioma. O GT encaminhou o resultado de seus trabalhos, denominado Programa Cerrado Sustentável, cuja implementação refere-se à alocação de recursos da união e a captação de

recursos de cooperação internacional para a realização das ações e atividades previstas (MMA 2004).

O Programa visa incentivar a proteção do Bioma e das populações locais que dele dependem, adequando as dinâmicas econômicas a critérios de sustentabilidade social e ambiental, em estratégias de curto e de longo prazo. Dentro das estratégias e Ações Programáticas, o uso sustentável da diversidade biológica do Cerrado é destacado como prioridade, bem como o empoderamento e o fortalecimento das comunidades tradicionais que habitam o bioma (MMA 2004).

Dentro da área de abrangência do Programa, um dos focos privilegiados de atuação são os territórios de comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, bem como áreas com comprovado potencial para o uso sustentável dos recursos naturais do cerrado, como, por exemplo, o agroextrativismo (MMA 2004).

Foi formado ainda, dentro da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, o Núcleo dos Biomas Cerrado e Pantanal, que tem como atribuição articular e propiciar a execução de iniciativas voltadas para a conservação e o uso sustentável destes Biomas. O Núcleo, em parceria com o Programa Nacional de Florestas – PNF, do próprio MMA, e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, lançou o edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, denominado “Formação de agentes multiplicadores, assistência técnica e extensão rural em atividades florestais aos agricultores familiares no bioma Cerrado”, disponibilizando cinco milhões de reais para os objetivos propostos, além de apoiar os agricultores na elaboração e implementação de projetos de crédito via PRONAF Florestal.

Outra ação do Governo Federal em parceria com ONGs foi a criação do portal do Cerrado na internet, o “Cerrado Brasil” (<http://cerradobrasil.cpac.embrapa.br>), com o objetivo de divulgar a importância ambiental e social do Cerrado, estimulando a organização e participação da sociedade em relação ao Bioma. Foi realizado ainda o Workshop “Áreas Prioritárias para a Conservação do Cerrado e Pantanal”, com o objetivo de identificar estas áreas prioritárias (MMA 1999).

No que diz respeito à atuação internacional em favor do uso sustentável do Cerrado, podemos mencionar a decisão V/23 da Conferência das Partes (2005), que estabelece um programa de trabalho sobre a diversidade biológica em ecossistemas sub-úmidos, incluso o Cerrado. Neste programa, enfatiza a importância do manejo da biodiversidade nos ecossistemas, reconhecendo o conhecimento dos povos indígenas e tradicionais na gestão dos recursos naturais, e sugerindo a identificação destas formas de manejo para replicação mais ampla. Também propõe, como atividade, o desenvolvimento de mercados, instrumentos

econômicos e tecnologias adaptativas para o aproveitamento e beneficiamento da produção dos ecossistemas de áreas secas e sub-úmidas, e define o apoio à coleta sustentável de produtos dos ecossistemas, inclusive de animais silvestres.

No que tange à participação da sociedade civil, vale mencionar a Rede Cerrado de Organizações Não-Governamentais (ONGs), que congrega diversas instituições que atuam na promoção do desenvolvimento sustentável e na conservação do Cerrado. São mais de 300 entidades identificadas com a causa socioambiental no Cerrado, que representam trabalhadores/as rurais, extrativistas, indígenas, quilombolas, geraizeiros, quebradeiras de coco, pescadores, ONGs, entre outros (Rede Cerrado 2005).

O objetivo principal da Rede Cerrado é o de incentivar e promover a troca de experiências e informações entre as instituições visando conciliar equidade social, conservação ambiental e desenvolvimento. As entidades da Rede Cerrado comprometem-se, em sua Carta de Princípios e Tratado dos Cerrados, dentre outras coisas, a estimular a criação de Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável, a incentivar ações que visem a implantação paulatina do desenvolvimento sustentável, priorizando a pequena e média produções, e a defender e participar de mecanismos de participação e de controle social das políticas públicas no bioma (Rede Cerrado 2005). Sua atuação influenciou diretamente as ações recentes do MMA em benefício do bioma. Isso demonstra claramente a intenção da sociedade civil organizada em trabalhar por políticas públicas para o extrativismo no Cerrado.

Por fim, duas experiências importantíssimas de políticas públicas para o extrativismo do Cerrado: a Lei Babaçu Livre e a Lei Pró-Pequi.

A palmeira babaçu (*Orbignya speciosa*) é encontrada em grande parte do bioma Cerrado, mas principalmente nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, na faixa de transição do Cerrado com a Amazônia. Seu coco constitui-se na principal fonte de renda de mais de 300 mil mulheres de diversas comunidades extrativistas destes estados, que extraem do coco o óleo e outros produtos, como carvão, ração animal e artesanato. As quebradeiras de coco babaçu, como são conhecidas, necessitam na maioria das vezes de entrar em propriedades privadas para coletarem sua matéria prima (ASSEMA 2003).

Em alguns municípios dos estados do Maranhão e do Tocantins, graças à dedicada luta das quebradeiras de coco, uma importante vitória foi obtida: a aprovação de leis municipais que permitem o livre acesso aos babaçuais, bem como sua preservação. Estas leis ganharam o nome de Lei Babaçu Livre, cujo projeto já foi apresentado à Câmara dos Deputados Federal, com o intuito de tornar livre o acesso aos babaçuais em toda a federação (ASSEMA 2003).

O pequi (*Caryocar brasiliensis*) pode ser considerado o fruto símbolo do Cerrado. Amplamente difundido na culinária mineira e goiana, ele representa uma fonte de renda e de nutrientes para milhares de famílias destas regiões. No estado de Minas Gerais, foi aprovada a Lei Pró-Pequi, um importante exemplo de política pública voltada para o extrativismo no Cerrado. Um decreto de 2001, criou o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado, e um Decreto Estadual de 2002 regulamentou esta lei (SINFI 2005). O pequizeiro tornou-se árvore imune de corte, e, em alguns municípios, até a coleta fora de época deste fruto está proibida por lei.

Estes acontecimentos são extremamente simbólicos e importantes para a implementação de outras medidas em políticas públicas em benefício das comunidades extrativistas do Cerrado e da biodiversidade brasileira. A efetividade de todas estas leis, programas e projetos, entretanto, deve ser objeto de verificação e estudos mais aprofundados.

Conclusão

A proteção da biodiversidade do Cerrado configura-se hoje como uma questão de urgência. O modelo econômico vigente vem dizimando, em uma velocidade espantosa, o que resta deste magnífico bioma. A necessidade de exportar é colocada, pelo governo brasileiro, como uma prioridade máxima, devido aos acordos internacionais gerados pela dívida externa brasileira. Os grãos, principalmente a soja, constituem-se no carro-chefe das exportações, sendo a carne de gado também de grande importância. Outro produto de exportação importantíssimo é o ferro-gusa e siderúrgicos em geral, cujas indústrias são alimentadas muitas vezes por carvão vegetal. Outros grandes empreendimentos que acompanham essa “corrida desenvolvimentista” são: grandes plantios de eucalipto, construção de grandes barragens para produção de energia, urbanização e ocupação desordenada do solo etc. Tudo isso tem levado ao rápido desaparecimento da savana tropical mais rica em biodiversidade do planeta, e de sua cultura correlata.

É preciso, portanto, contrapor este modelo econômico. O Cerrado constitui-se em uma importantíssima fonte de alimentos, remédios, utilitários, artesanatos e renda para diversas populações do bioma, e tem potencial para um leque em uma amplitude muito maior de benefícios. O desenvolvimento e a aplicação de políticas públicas para o melhor

aproveitamento desta riqueza pode potencializar a geração de benefícios para toda a sociedade.

Ainda não existem Reservas e nem Assentamentos Extrativistas no Cerrado, apesar das bem-sucedidas experiências existentes, como as mencionadas, nas regiões de Montes Claros-MG e Carolina-MA. Das políticas voltadas para a pequena produção, poucas ainda incluem as riquezas do Cerrado. As ações recentes do Governo Federal, especialmente do MMA, e também as leis aprovadas nos estados do Maranhão e Minas Gerais, todas elas advindas de reivindicações da sociedade civil, mostram que é possível avançarmos na inclusão do potencial das plantas nativas e outros recursos do Cerrado nas leis e demais políticas públicas, em benefícios das comunidades rurais do bioma.

Pode-se dizer que é possível pensar em um modelo produtivo para o Cerrado, no qual haja uma gama de atividades econômicas diversificadas, quais sejam, a coleta e o beneficiamento de recursos vegetais, a pequena produção agropecuária, a criação de animais silvestres e o turismo ecológico, por exemplo (Pires & Scardua 1998; Sawyer, Scardua & Pinheiro 1999). Estas estratégias devem buscar a viabilidade da implementação de agroindústrias de base familiar, na qual haja um equilíbrio entre a especialização e a diversificação na produção, e uma articulação forte com mercado, organizações e instituições. Fica claro, portanto, que não se pretende aqui argumentar que somente o extrativismo poderia, sozinho, “salvar” o que resta de Cerrado, mas sim que ele deva ser uma atividade estratégica para a conservação do bioma e para a geração de renda e segurança alimentar em sua região de abrangência.

Pode-se pensar, inclusive, em uma gradual substituição de exportações, de produtos primários danosos ao meio ambiente, por produtos beneficiados, socialmente justos e ambientalmente sustentáveis, visando mercados de consumidores que têm interesse nestes tipos de produtos, principalmente em países com maior poder aquisitivo. Para tanto, a adaptação de políticas de incentivo fiscal, por exemplo, são imprescindíveis.

Quanto ao que cabe às grandes propriedades, é imprescindível o cumprimento das normas ambientais, respeitando as áreas de Reserva Legal e Áreas de Proteção Permanente (APPs), garantindo, sempre que possível, o livre acesso de comunidades extrativistas aos recursos vegetais nas propriedades particulares, como na experiência do babaçu no estado do Maranhão .

Uma proposta para melhorar a aplicação das leis ambientais e dos princípios do desenvolvimento sustentável seria fazer uso de instrumentos econômicos ao invés de

mecanismos de comando e controle (Sawyer 2002), sendo necessário maior aprofundamento nos estudos e discussões sobre sua eficiência.

Por fim, conclui-se que o extrativismo sustentável no Cerrado constitui-se em uma importante estratégia para a conservação da biodiversidade deste rico bioma e também para a geração de renda e qualidade de vida para as populações rurais e consumidores de toda a sociedade. Desenvolver políticas públicas que favoreçam este extrativismo é essencial para que possamos ter realmente um Brasil sustentável.

Referências bibliográficas

- ALHO, Cléber J.R.; MARTINS, Eduardo S.(Eds.). 1995. **De grão em grão, o Cerrado perde espaço - Impactos do Processo de Ocupação**. Brasília: Fundo Mundial para a Natureza (WWF).
- ALMEIDA, Alfredo W.B. 2004. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais vol.6 N.01. ANPUR, pp.9-32
- ARNOLD, J.E.M. 1994. **Nonfarm employment in small-scale forest-based enterprises: policy and environmental issues**. *The Environmental and Natural Resources Policy and Training Project – EPAT*, nº11, 49p. Universidade de Wisconsin-Madison, EUA.
- ASSEMA 2003. **Mulheres lutam por livre acesso aos babaquais**. TIPITI - Revista eletrônica das Organizações não-Governamentais do Maranhão, nº 03.
- BEGOSSI, Alpina. 1999. “Escalas, economia ecológica e a conservação da biodiversidade” in CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. -2. ed. - São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco.
- CARRARA, Álvaro A. 2003. “Uso sustentável da biodiversidade do cerrado e da caatinga do norte de Minas Gerais” in Little, Paul E. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil – análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis; Brasília: IIEB.
- CONFERÊNCIA das Partes. 2005. **Consideração de opções para conservação e uso sustentável da diversidade biológica em ecossistemas desérticos, mediterrâneos, áridos, semi-áridos, campos e cerrados**. Decisão V/23.
- DAYRELL, Carlos Alberto. 1998. **Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais**. Andalucia: Tese (Mestrado em *Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible*), Universidad Internacional de Andalucia.
- DIEGUES, Antonio C. & ARRUDA, Rinaldo S. V. (orgs) 2001. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministerio do Meio Ambiente, 176p.

- DRUMMOND, J. Augusto. 1996. **A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas.** Estudos Sociedade e Agricultura 6: 115-137.
- DUARTE, Laura M.G. 2002. “Desenvolvimento Sustentável: Um olhar sobre os Cerrados Brasileiros” in DUARTE, Laura M. G.; THEODORO, Suzi Huff (orgs.). **Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo.** Brasília: Garamond.
- GONÇALO, José E.; DE NEGRI, João A.; PIRES, Mauro O.; MAGALHÃES, Reginaldo S. 1998. **Estudo sobre a situação da Comercialização de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) no Brasil.** Documento elaborado no âmbito da consultoria “Comercialização de produtos de uso sustentável da biodiversidade: estado da arte e formulação de estratégia de ação conjunto dos projetos apoiados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)”, contratada pelo escritório Brasil do PNUD. 66p. Brasília: PNUD.
- HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. 1999. **Capitalismo natural.** São Paulo: Cultrix.
- HIRONAKA, Giselda M.F.N. 2000. **O extrativismo como atividade agrária.** Jus Navigandi, Teresina, a.4, n. 42.
- HOMMA, Alfredo K. O. 1989. **A extração dos recursos naturais renováveis: o caso do extrativismo vegetal na Amazônia Viçosa:** Tese (Doutorado em Economia Rural), Universidade Federal de Viçosa.
- LEROY, Jean P.; MAIA, Kátia D.; GUIMARÃES, Roberto P. (orgs) 1997. **Brasil século XXI: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92.** Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. 504p. Rio de Janeiro: FASE.
- MITTERMEIER, Russel A. *et al.* 2004. **Hotspots revisited.** Conservation International, Cidade do México: CEMEX.
- MORIN, Edgar. 2000. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar.** Coleção Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond.
- MMA/SBF. 2002. **Biodiversidade brasileira: Avaliação e identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas.
- MMA. 2004. **Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado.** Núcleo dos Biomas Cerrado e Pantanal. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas.
- NOGUEIRA, Mônica C.R. 2001. **Pequenos projetos de desenvolvimento sustentável: uma abordagem comparativa.** Brasília: Tese (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília.

- NOVAES, Washington (Coord.); RIBAS, O.; NOVAES, P.C. 2000. **Agenda 21 Brasileira: Bases para discussão**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente /Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- PETERS, Charles M. 1996. **The ecology and management of non-timber forest resources**. *World Bank technical paper*, nº322, 157p. Washington, DC, EUA.
- PIRES, Mauro O.; SCARDUA, Fernando P. 1998. **Extrativismo vegetal não madeireiro no Cerrado**. Versão 3.0. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).
- RUEDA, Rafael Pinzón. 2005. **Evolução Histórica do Extrativismo**. <http://www.ibama.gov.br/resex/textos/h9.htm>
- SACHS, Ignacy. 2002. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Coleção Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond.
- SAWYER, Donald. 2002. **Ação em meio ambiente no Brasil: estado atual e perspectivas futuras**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).
- SAWYER, Donald; REE, Marc van der; PIRES, Mauro O. 1999. **Comercialização de espécies vegetais nativas do Cerrado**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).
- SAWYER, Donald; SCARDUA, Fernando P.; PINHEIRO, L. 1999. **Extrativismo vegetal no Cerrado: análise de dados de produção, 1980-1993**. Versão 2.0. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).
- SINFI - Sistema de Informações Institucionais. 2005. **Programa Mineiro de Incentivo ao cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado - PRÓ-PEQUI**. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Governo de Minas Gerais.
- SIQUEIRA JR., Jaime G. 2000. **A organização Timbira e a ‘Rede Futos do Cerrado** in RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). 2000. **Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- VEIGA, José Eli da. 2002. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados.
- WRI. 1992. **A Estratégia Global da Biodiversidade: diretrizes de ação para estudar, salvar e usar de maneira sustentável e justa a riqueza biológica da Terra**. Washington: World Resources Institute.

Sítios na internet:

- Revista Tipiti - www.revistatipiti.com.br
- IBAMA. 2005. www.ibama.gov.br
- MMA. 2005. www.mma.gov.br
- REDE CERRADO. 2005. www.redecerrado.org.br
- SINFI - www.sinfi.mg.gov.br